

UM ESTUDO SOBRE AS AVALIAÇÕES DO ENADE NO ÂMBITO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DURANTE OS ANOS DE 2006 A 2015

Patrícia Maia do Vale Horta¹

RESUMO

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), segundo o Ministério da Educação, foi criado em 2004 para avaliar o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação no Brasil. A avaliação acontece ao final de cada ano, alternando os diferentes cursos que são ofertados, respeitando uma periodicidade máxima trienal para avaliação de cada curso. Os concluintes do curso de Administração foram avaliados pela primeira vez em 2006, depois em 2009, 2012 e 2015. No ano de 2018 os concluintes deste curso foram submetidos a quinta avaliação do ENADE. Diante disso, o objetivo deste estudo foi identificar e discutir os conteúdos programáticos, habilidades e competências que essas provas contemplaram para compreender melhor sua dinâmica. Para tanto, foi usada uma pesquisa bibliográfica, documental e grupos focais. Entre outros resultados foi possível verificar que alguns conteúdos da Administração são frequentes em todas as provas, como é o caso da Teoria Geral da Administração e que nos conhecimentos gerais sempre há uma discussão a respeito do ensino. Além disso, as provas ao longo dos anos passam a ser melhor elaboradas, tendo questões que apresentam interdisciplinaridade e exigem conhecimentos sistêmicos, interpretação, análise e tomada de decisão por parte dos discentes.

Palavras-chave: Sistema de Avaliação Nacional. Sinaes. Estudos em Administração. Habilidades e Competências. Formação Superior.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação educacional no Brasil faz parte de um movimento maior de reforma educacional que atingiu a América Latina na década de 90, atribuído à necessidade de gerar competitividade global ao sistema de ensino brasileiro, a fim de dotar os concluintes dos cursos de habilidades e competências que são favoráveis para a nova economia. Para tanto, esse sistema tem como um dos

¹ Mestre, professora dos cursos de Administração, Recursos Humanos e Gastronomia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). E-mail: patriciahorta@cesjf.br.

pilares a avaliação em larga escala, com aferição de resultados e prestação de contas à sociedade, tendo como base uma avaliação externa e única (BROOKE, 2012).

Diante disso, entende-se que este novo processo de educação requer atenção de todos os atores envolvidos na missão de educar, para que não se crie por meio dessa avaliação apenas uma competição em termos exclusivamente educacionais (ranqueamento das organizações) e que efetivamente não se alcance o objetivo primordial, que é gerar novas competências sociais (BROOKE, 2012).

Neste contexto se insere o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Sinaes), que foi estabelecido na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, do qual o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) faz parte e é orientado pelas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), no âmbito do Ministério da Educação. O ENADE tem por objetivo a avaliação da Educação Superior brasileira (BRASIL, 2004).

Diante da importância dessa avaliação externa, entende-se que é relevante um estudo que tem por objetivo identificar e discutir os conteúdos programáticos, habilidades e competências que essas provas contemplaram para compreender sua dinâmica. Neste caso, foi necessário um recorte, as avaliações do Curso de Administração dentre os anos de 2006 a 2015.

Mesmo assim, para alcançar o objetivo, num primeiro momento, a pesquisa se caracterizou como bibliográfica, segundo Vergara (1998), porque procurou entender a reforma educacional brasileira que criou o Sinaes, o próprio Sinaes e o ENADE, para tanto fez-se uso de referencial teórico, disponibilizado em livros, revistas e sites do governo brasileiro. Em seguida a pesquisa mantendo um caráter qualitativo, se baseou em documentos de avaliação, editais e provas, dos anos previamente selecionados para o curso de Administração para identificar os conteúdos programáticos, habilidades e competências que essas provas avaliaram. Depois as avaliações foram submetidas a estudos em grupos focais, compostos por discentes do curso de

administração de uma Instituição de Ensino Superior (IES) de Juiz de Fora, Minas Gerais, para que fossem discutidos os conteúdos programáticos contemplados, bem como as habilidades e competências avaliadas pelas provas, de maneira que a dinâmica do ENADE pudesse ser compreendida pelos atores sociais envolvidos. Dessa forma, concluiu-se o estudo, que é apresentado neste artigo, estruturado pela ordem da pesquisa realizada.

2 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO EXTERNA NA REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA: O SINAES E O ENADE

Segundo Mundim, Magaldi e Borges (2013), as avaliações externas em larga escala estão integradas às mudanças que aconteceram na reforma educacional brasileira a partir da década de 90 do século XX e têm como propósito avaliar e impactar na qualidade do ensino superior brasileiro. Por isso, se tornam tema relevante de estudo em todos os contextos educacionais.

Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, consolidou-se como função do governo federal, a avaliação do sistema de ensino superior brasileiro para garantir a melhoria da qualidade do ensino. O art. 9º em diversos tópicos define essa competência, conforme pode ser visto a seguir.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: [...] VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; [...] VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino; [...] (BRASIL, 1996, online).

Ainda na LDB de 1996, em seu art. 46º, é possível verificar a importância das avaliações externas para a reforma do ensino, segundo ele, “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de

instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação” (BRASIL, 1996, online).

Em 2001, pelo Decreto nº 3.860, regulamenta-se a avaliação e a organização da educação superior como competência do Ministério da Educação, embora este Decreto já tenha sido revogado pelo Decreto nº 5.773 de 2006, que também foi revogado em 2017 pelo Decreto nº 9.235, essa competência não se extinguiu (BRASIL, 2001, 2006, 2017).

Sendo assim, foi em decorrência do Decreto nº 3.860, que se atribuiu

ao Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Anísio Teixeira (Inep) a responsabilidade de organizar e executar a avaliação de cursos de graduação e das instituições e previu também o caráter periódico dos atos autorizativos: autorização e reconhecimento dos cursos de graduação e credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior (MUNDIM; MAGALDI; BORGES, 2013, p. 220).

A partir da criação do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Anísio Teixeira (Inep) surge o Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), estabelecido na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que confere **caráter obrigatório** a avaliação externa de todas as Instituições de Ensino Superior do Brasil, conforme dita o

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. § 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, online).

A mesma Lei, no seu art. 5º, §1º apresenta a definição do ENADE e sua aplicação:

O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (BRASIL, 2004, on-line).

Segundo Brito (2008), o ENADE, serve para avaliar os itens que constam das diretrizes curriculares nacionais, comuns a todos os cursos e a partir dos quais os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) são construídos, de maneira que a qualidade da Educação Superior brasileira possa ser garantida. O que para Brooke (2012) gera maior competitividade global para a educação brasileira e garante aos egressos um repertório de habilidades e competências favoráveis à uma nova economia, e que vai além da formação profissional específica, pois exige conhecimento de assuntos atuais e gerais também.

Neste contexto se insere o ENADE do curso de Administração, como todos os outros cursos de graduação. Entretanto, o próximo tópico apresenta uma reflexão apenas sobre o ENADE do curso de Administração, que foi recorte deste estudo.

3 O ENADE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS ANOS DE 2006 A 2015

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) acontece ao final de cada ano, alternando os diferentes cursos que são ofertados no Sistema de Ensino Superior do Brasil, respeitando uma periodicidade máxima trienal para avaliação de cada curso. Tem caráter obrigatório para concluintes dos cursos listados anualmente pelo Inep, segundo estabelecido nos editais há providências tanto para a situação de regularidade do estudante, que deve constar no seu histórico escolar, quanto para a situação de irregularidade, que

enquanto mantida impede a colação de grau do estudante irregular (BRASIL, 2015).

Para compreender o ENADE é preciso entender a estrutura de avaliação da qual ele faz parte.

Os resultados do ENADE, aliados às respostas do Questionário do Estudante, constituem-se insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior: Conceito ENADE, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), todos normatizados pela Portaria Normativa GM/MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018 [...]. Esses indicadores mensuram a qualidade dos cursos e das instituições do país, sendo utilizados tanto para o desenvolvimento de políticas públicas para a Educação Superior quanto como fonte de consultas pela sociedade (BRASIL, 2015, online).

O conceito ENADE é atribuído a partir do resultado do Questionário do Estudante que deve ser respondido no *site* do Inep em data prevista pelo Edital, mais o Exame propriamente dito, que é composto por questões avaliativas dos conhecimentos dos estudantes e por um questionário de percepção da prova. As questões avaliativas em 2018 foram subdivididas em questões de conhecimentos gerais, sendo duas questões discursivas e oito questões objetivas, 25% da prova, e questões de conhecimento específico, dentre estas, três são discursivas e 27 objetivas, 75% da prova. As provas são sempre realizadas aos domingos, com as regras de aplicação definidas no Edital, normalmente têm duração de quatro horas, mas o portão fecha 30 minutos antes e se indica que o estudante chegue ao local uma hora antes disso (BRASIL, 2015). Isso faz com que seja uma prova extensa.

Os concluintes do curso de Administração foram avaliados pela primeira vez em 2006, depois em 2009, 2012 e 2015. No ano de 2018, os concluintes, deste curso, foram submetidos a quinta avaliação do ENADE. Entende-se que depois de quatro anos de Exame é possível identificar e discutir os conteúdos programáticos, habilidades e competências que essas provas contemplaram para compreender sua dinâmica.

Entre outros resultados foi possível verificar que o Exame ao longo dos anos passa a ser melhor elaborado, mostrando questões mais complexas que exigem variadas habilidades e competências do concluinte, como conhecimento sistêmico, interpretação, diagnóstico e tomada de decisão, a estrutura das provas também sofrem pequenas alterações a cada ano.

Em **2006** foram 40 questões, com o mesmo percentual avaliativo para as questões de conhecimento geral e específico, 100% para cada. A prova continha 10 questões de conhecimento geral, sendo duas dissertativas e oito objetivas, e 30 questões de conhecimento específico, dentre elas seis discursivas e 24 objetivas. Esse modelo de distribuição avaliativa não foi repetido nas futuras avaliações. As questões dissertativas de conhecimento geral abordaram o sistema de cotas no ensino superior público e a banalização da violência social e de trânsito, as questões objetivas dessa área trazem um contexto atual para interpretação e tomada de decisão, para que o discente seja assertivo é preciso se posicionar de forma ética. As questões objetivas de conhecimento específico abordaram áreas como **Marketing, Gestão de Pessoas e Operações** com maior peso. A **área quantitativa** da administração foi contemplada com três questões de Administração Financeira e uma de Contabilidade. As questões dissertativas de conhecimento específico foram mais simples, diretas, o que se observou na prova como um todo. Não houve questão anulada nesta edição do Exame.

Em **2009** foram 40 questões, com mudança no percentual de distribuição da avaliação entre as áreas de conhecimento geral (25%) e específico (75%). As questões de conhecimentos gerais, permanecem dez, subdivididas em duas questões discursivas e oito questões objetivas, já as de conhecimento específico passam a ser 30 questões, das quais três são discursivas e 27 objetivas. Nesta prova a composição das questões trazia primeiro as questões objetivas e depois as dissertativas por área de avaliação. Percebe-se que as questões de conhecimento geral sempre abordam assuntos atuais, com uma proposta de reflexão que desperta um posicionamento ético e socialmente

responsável, levando em conta os direitos humanos. Neste ano, as questões dissertativas envolveram os alunos no Sistema de Avaliação do Ensino Superior pedindo sugestão de ações de melhoria para o Índice Geral dos Cursos (IGC), critério avaliação dos docentes, e para as desigualdades de renda encontradas no Brasil. As questões objetivas específicas abordaram diferentes disciplinas do Projeto Político Pedagógico do Curso, como Introdução a Administração (1 questão objetiva), Teoria Geral da Administração (2), Comportamento Organizacional (5) e Gestão de Recursos Humanos (3) fizeram com que a **Gestão de Pessoas** tivesse um peso grande neste ano, outra área que também teve um peso grande foi a de **Gestão de Operações** porque apresentou a cinco questões de Gestão da Produção e uma de Logística, a **área quantitativa da administração** foi abordada pela Administração Financeira (2) e a Contabilidade de Custo (1), as áreas do Marketing, Administração Financeira e Sistemas de Informação tiveram cada uma duas questões objetivas e várias outras áreas foram contempladas com apenas uma questão. As questões dissertativas deste ano foram sobre Comportamento Organizacional, Administração Financeira e Administração Estratégica. Essa prova teve três questões anuladas, fato inédito até o momento.

Em **2012** o tamanho da prova e a disposição das questões se mantém, mudando apenas a forma de enumerá-las, pois as questões dissertativas são contadas separadas das questões objetivas. As questões objetivas de conhecimento geral mantêm o foco em assuntos atuais, tanto nacionais quanto internacionais. Já as questões objetivas de conhecimento específico concentram o peso agora na **Administração Estratégica**, já que aproximadamente 22,25% da prova é desta área de conhecimento, o que significa seis questões de 27. Em seguida a **Gestão de Operações** manteve uma grande concentração se comparada com as de 2006 e 2009, quatro questões de administração da produção e duas de logística. Já a **Gestão de Pessoas** caiu em proporção a prova de 2006 e 2009, apenas duas questões

de Administração de Recursos Humanos e uma de Comportamento Organizacional. A **área quantitativa** foi mais puxada em relação ao Exame anterior porque envolveu duas questões de estatística, duas de administração financeira e duas de contabilidade. A Teoria Geral da Administração manteve duas questões e várias outras temáticas foram abordadas por duas ou uma questão. As provas dissertativas de conhecimento específico foram elaboradas de forma interdisciplinar, exigindo do discente conhecimento sobre várias áreas da Administração. As questões dissertativas gerais trataram de desenvolvimento sustentável e violência na escola. Essa edição do Exame não apresentou questão anulada.

Em **2015** o tamanho da prova e a forma de numerar as questões se manteve, mas a disposição das questões muda, agora as questões dissertativas por área de conhecimento são inseridas antes das questões objetivas. Percebe-se uma distribuição melhor das questões objetivas por área de conhecimento específico, embora a **Administração Estratégica** continue com um peso superior, apresentando quatro questões, outra área que ganha evidência neste Exame é o **Empreendedorismo**, que apresentou três questões, **Gestão de Operações** mantém sua importância com três questões de Administração da Produção e duas de Logística, a **Gestão de Pessoas** apresenta três questões de Comportamento Organizacional e uma de Administração de Recursos Humanos, peso um pouco maior que a do ano anterior, seguida da **Administração de Marketing** que trouxe três questões. A **área quantitativa** diminuiu em relação ao ano anterior, mas apresentou uma questão de Estatística, uma de Métodos Quantitativos e duas de Administração Financeira. Várias outras áreas foram abordadas com uma ou duas questões, Introdução a Administração teve duas questões e Teoria Geral da Administração apenas uma. As questões dissertativas de conhecimento específico mantêm a perspectiva interdisciplinar do ano anterior, mas sob uma proposta de discussão da área humana da administração, empreendedorismo, comportamento organizacional, gestão de pessoas e estratégica são algumas

das disciplinas abordadas. Já nas questões dissertativas de conhecimento geral foram observados assuntos como o direito a escola, a questão dos gêneros e do respeito às diferenças culturais dos povos. Também não houve questão anulada neste ano.

Percebe-se pela análise dos conteúdos programáticos contemplados nestas quatro provas, que algumas disciplinas da Administração são frequentes, como é o caso da Teoria Geral da Administração, Administração Financeira, embora apareçam com um peso menor do que as temáticas da Gestão de Operações e da Gestão de Pessoas. Mesmo que as avaliações dos anos de 2006 a 2015 tenham contemplado com peso diferentes alguns conteúdos, em 2006 peso maior para Marketing, Gestão de Pessoas e Operações, em 2009 a área de Gestão de Pessoas e Gestão de Operações foi mais explorada, em 2012 um peso maior para a Administração Estratégica, mantendo-se o peso da Gestão de Operações, já em 2015 a prova passa a ter um caráter mais interdisciplinar percebido na composição das questões e traz o Empreendedorismo como conteúdo novo explorado.

Depois da análise qualitativa da distribuição avaliativa por disciplina e área temática, o que permitiu um entendimento de como o conteúdo programático vem sendo explorado no ENADE do curso de Administração, fez-se necessário aprofundar a discussão e, para isso, foram formados grupos focais com discentes do curso de Administração em dois turnos, diurno e noturno, com quatro encontros cada, os encontros aconteceram nos meses de setembro, outubro e novembro de 2018, os resultados são apresentados no próximo tópico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS GRUPOS FOCALIS

Antes que o primeiro encontro acontecesse os alunos foram submetidos a uma das avaliações do ENADE, no turno diurno foi a prova de 2009 e no turno noturno a de 2012. O objetivo da aplicação dessa prova foi obter material

para discussão nos grupos focais, acreditando que se os alunos a fizessem estariam mais sensibilizados a se posicionar quanto a dinâmica do ENADE.

No primeiro encontro, tanto para o grupo do diurno quanto do noturno, foram entregues as avaliações e estatísticas das provas. Depois a discussão teve início avaliando as questões que tiveram maior número de acerto, procurou-se entender a que eles atribuíam isso, conteúdo simples, matéria atual, entre outras possibilidades, em seguida as questões que tiveram o maior número de erro, a que eles também atribuíam isso, foram observadas também questões que com erro, apresentaram um grande número de mesma resposta, a discussão neste caso foi para entender o que poderia ter conduzido os alunos a marcarem essa resposta.

Num segundo encontro, os dois grupos, diurno e noturno, discutiram as questões dissertativas, quais foram suas expectativas em relação às questões, porque muitos alunos não as fizeram. Neste caso, foi importante trabalhar a estrutura da questão, fazendo os alunos perceberem que os textos ou figuras são de apoio ao que será solicitado e que eles têm que ter atenção para responder ao que está sendo solicitado, de forma objetiva e clara.

Também foi solicitado aos docentes que preparassem material de apoio para orientar os alunos sobre os pontos importantes da sua disciplina, pois neste caso, é possível a recordação e o reforço de alguns pontos. O objetivo é que este material também ajudasse os alunos a encontrar as soluções das questões que por ventura houvessem errado nas provas que fizeram e pudessem se sentir capacitados para discutir sobre elas nos dois últimos grupos focais.

Alguns pontos que foram compilados dos depoimentos dos alunos que participaram dos grupos focais, a prova é exaustiva em igual condições para todos os estudantes, por isso importante fazê-la em trajes confortáveis, mas levar agasalho para uma eventualidade. Planejar água e lanche também pode ser apropriado. Não vale a pena deixar questão aberta em branco, atenção para responder o que a pergunta solicita exatamente. Começar pelas questões

fechadas, principalmente as fáceis, neste caso, evitar mudar a resposta, pois apesar de não ter comprovação técnica a respeito disso, foi possível perceber pela experiência que muitas das vezes a opção correta é a primeira a ser marcada. A avaliação está ficando cada vez mais bem elaborada, exigindo inclusive conhecimentos interdisciplinares e visão sistêmica. Isso dificulta um pouco porque obriga a tomar decisão e é preciso ter segurança para isso.

Outro ponto interessante foram os grupos de *WhatsApp* que permitiram o engajamento do grupo, troca de material e de informações, logística, lembretes.

5 CONCLUSÃO

Sendo assim entende-se que o objetivo foi alcançado, que depois desse projeto, foi possível para os atores que participaram identificar e discutir os conteúdos programáticos, habilidades e competências que essas provas contemplaram, aumentando a compreensão da dinâmica da prova do ENADE. Mesmo, que neste caso, tenha se feito um recorte das avaliações do Curso de Administração dentre os anos de 2006 a 2015.

Se por um lado o resultado pudesse ter sido potencializado com maior tempo de dedicação a esse objetivo por outro percebe-se que ao longo da trajetória, muitos discentes deixaram de participar devido a vários compromissos extracurriculares, sendo o principal, o trabalho. Isso significa que para futuros projetos é preciso refletir em maneiras de se realizar uma discussão profícua por maior tempo sem perder o engajamento da equipe.

Por fim, registro a oportunidade que foi conduzir este estudo, que com certeza agregou a experiência acadêmica de discentes e docentes que dele participaram. Gratidão!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as leis e diretrizes da educação nacional. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm Acesso em 30 nov. 2018.

_____. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior–SINAES e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes> Acesso em: 25 out. 2018.

_____. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79 Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **ENADE**. 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade/> Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de dezembro de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107 Acesso em: 30 nov. 2018.

BRITO, Márcia Regina F. de. O SINAES e o ENADE: da concepção a implementação. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 841-850, nov., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/14.pdf> Acesso em 25 out. 2018.

BROOKE, Nigel (Org.) **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

IV SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E PESQUISA

05 A 07 DE NOVEMBRO DE 2018



MUNDIM, Fabiano C.; MAGALDI, Carolina A.; BORGES, Eliane M. O instrumento de avaliação de curso do Sinaes no âmbito do curso de pedagogia na modalidade a distância. In: MELO, Manuel Palácios da C. e et al. (Org.). **Casos de gestão:** políticas e situações do cotidiano educacional brasileiro. 1.ed. Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2013, p. 219-225.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1998.